



**ANEFAC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS,  
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 DE DEZEMBRO DE 2024  
Com o relatório dos auditores independentes**

**ANEFAC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS,  
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	3
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais .....	6
Demonstrações dos resultados .....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	11

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos

Administradores, Conselheiros e Associados

**ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de julho de 2025.

**Crowe Macro Auditores Independentes**  
CRC 2SP033508/O-1



**Fábio Debiaze Pino**  
Contador- CRC1SP251154/O-9

**ANEFAC – Associação dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>4</b>	461.906	405.353	Obrigações trabalhistas	<b>7</b>	158.335	152.609
Contas a receber	<b>5</b>	228.189	675.852	Obrigações tributárias		14.390	15.372
Outros créditos		77.367	93.491	Contas a pagar	<b>8</b>	5.182	98.729
		<b>767.462</b>	<b>1.174.696</b>	Receita antecipada	<b>9</b>	162.082	139.186
						<b>339.989</b>	<b>405.896</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	<b>10</b>	1.012.707	917.473	Provisão para contingências	<b>10</b>	1.012.707	917.473
Imobilizado	<b>6</b>	15.991	26.729			<b>1.012.707</b>	<b>917.473</b>
Intangível		2.895	-				
		<b>1.031.593</b>	<b>944.202</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>11</b>		
				Superávits acumulados		795.529	450.426
				Superávit (déficit) do exercício		(349.170)	345.103
						<b>446.359</b>	<b>795.529</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.799.055</b>	<b>2.118.898</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.799.055</b>	<b>2.118.898</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Receitas</b>			
Receita de mantenedores e associados	13	2.438.695	2.879.905
Voluntariado	12	1.297.682	1.275.608
		<b>3.736.377</b>	<b>4.155.513</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal	14	(1.198.107)	(1.167.924)
Despesas com serviços de terceiros	15	(215.007)	(236.765)
Despesas comerciais e marketing	16	(1.311.049)	(1.064.565)
Despesas gerais e administrativas	17	(62.926)	(112.363)
Impostos, taxas e contribuições		(2.345)	(1.852)
Outras receitas e despesas		-	(6.355)
Voluntariado	12	(1.297.682)	(1.275.608)
		<b>(4.087.116)</b>	<b>(3.865.432)</b>
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>(350.739)</b>	<b>290.081</b>
Resultado financeiro líquido	18	1.569	55.022
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>(349.170)</b>	<b>345.103</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Superávit (déficit) do exercício	(349.170)	345.103
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b><u>(349.170)</u></b>	<b><u>345.103</u></b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Em reais (R\$)

<b>Descrição</b>	<b>Patrimônio social</b>	<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>595.597</b>	<b>(145.171)</b>	<b>450.426</b>
Apropriação do déficit do exercício de 2022	(145.171)	145.171	-
Superávit do exercício de 2023	-	345.103	345.103
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>450.426</b>	<b>345.103</b>	<b>795.529</b>
Apropriação do superávit do exercício de 2023	345.103	(345.103)	-
Déficit do exercício de 2024	-	(349.170)	(349.170)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>795.529</b>	<b>(349.170)</b>	<b>446.359</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais:</b>		
Superávit (déficit) do exercício	(349.170)	345.103
<b>Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais</b>		
Depreciações	11.237	12.092
Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	6.355
Provisão para contingência	95.234	73.714
	<u>(242.699)</u>	<u>437.264</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Redução (aumento) em contas a receber	447.663	(128.760)
Redução (aumento) em outros créditos	16.124	(93.491)
Redução (aumento) em depósitos judiciais	(95.234)	(73.714)
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	5.726	9.809
(Redução) aumento em obrigações tributárias	(982)	2.313
(Redução) aumento em contas a pagar	(93.547)	63.274
(Redução) aumento em receita antecipada	22.896	(98.205)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<u>59.947</u>	<u>118.490</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(3.394)	(12.535)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<u>(3.394)</u>	<u>(12.535)</u>
<b>Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>56.553</u>	<u>105.955</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	405.353	299.398
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	461.906	405.353
<b>Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>56.553</u>	<u>105.955</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais (R\$)

---

### **1. Contexto operacional**

A Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (“ANEFAC” ou “Associação”) é uma entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo a promoção e a difusão de técnicas e metodologias de trabalhos relacionados ao desenvolvimento das Áreas Financeiras, Contábil e de Administração em geral; promoção de intercâmbio intelectual entre seus associados; divulgação de informações de natureza técnica e científica relacionadas com áreas de atuação descritas acima, e outras atividades que vierem a se tornar importantes face as mudanças tecnológicas e que venham ao encontro aos objetivos dos associados.

### **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**

#### **2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo as disposições da Resolução do CFC nº 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem finalidade de lucros”.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Associação em 22 de julho de 2025.

#### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em reais tiveram os centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

#### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### **3. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

#### **(a) Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Associação se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais (R\$)

---

financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados, conforme descrevemos a seguir:

### **(i) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal, quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se as Empresas gerenciam estes investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Associação não possuía instrumentos financeiros derivativos e conseqüentemente também não adotou a prática de *Hedge Accounting*.

### **(ii) Ativos financeiros**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Associação determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente o valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Associação incluem: caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4), classificados ao valor justo por meio do resultado e contas a receber (nota explicativa nº 5) e outros créditos, classificados como classificados como mensurados subseqüentemente ao custo amortizado.

### **Desreconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Associação transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo ou “repasse”; e (a) a Associação transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Associação não transferir nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Associação tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos a um ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais (R\$)

---

Associação com o ativo. Nesse caso, a Associação também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Associação manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Associação, dos dois o menor.

### **(iii) Passivos financeiros**

Os principais passivos financeiros da Associação incluem: contas a pagar (nota explicativa nº 8) e receita antecipada (nota explicativa nº 9), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

#### **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

#### **Desreconhecimento (baixa)**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

### **(iv) Apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **(b) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)**

A Associação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais (R\$)

---

melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 2024 e em 2023 a Associação não identificou eventos que indicassem a deterioração ou perda de valor recuperável sobre seus ativos financeiros e não financeiros.

### **(c) Caixa e equivalentes de caixa**

Registram os numerários disponíveis em caixa, os saldos de contas correntes bancárias e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço. As aplicações financeiras são mantidas em fundos de investimentos, os quais já estão marcados a valores de mercado.

### **(d) Contas a receber**

As contas a receber representam as contribuições e patrocínios a receber e são avaliadas e apresentadas pelo valor de realização. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é analisada e estabelecida quando existe uma evidencia objetiva de que a Associação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais.

### **(e) Depósitos judiciais**

Os depósitos são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Associação.

### **(f) Ativo imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a estimativa da vida útil e valor residual dos bens (Nota explicativa nº 6).

### **(g) Ajuste a valor presente**

A administração analisa suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, considerando a relevância dos saldos e transações, para identificação e mensuração de possíveis ajustes a valor presente. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Associação não efetuou nenhum ajuste desta natureza.

### **(h) Obrigações trabalhistas**

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Associação. O referido grupo contempla, também, os valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, encargos e benefícios.

### **(i) Provisão para contingências**

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

### **(j) Patrimônio social**

Constituído por doações recebidas de terceiros, acrescidos ou diminuídos dos superávits ou déficits apurados em cada exercício.

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais (R\$)

---

A transferência dos superávits/déficits para o patrimônio social ocorre por meio de aprovação da assembleia dos associados.

### **(k) Receitas**

As receitas normalmente variam em função do nível de assistência que o associado está disposto a oferecer à Associação. Desta forma, estas receitas são apenas reconhecidas quando a certeza de sua realização, ou seja, são reconhecidas apenas quando do seu recebimento. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

### **(l) Serviços voluntários obtidos**

Os trabalhos voluntários foram reconhecidos conforme determina a resolução nº 2015/ITG2002 (R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem fins de lucros”, que define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, para reconhecimento da despesa e receita de voluntariado.

As horas voluntárias estão relacionadas às reuniões de Conselho realizadas duas vezes ao mês, as quais participam o presidente, vice-presidente, diretores e conselheiros. A Associação utilizou como parâmetro para determinação de valores de trabalho voluntário, o controle de presenças e as remunerações de mercado, adequados às necessidades da Associação.

### **(m) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **(n) Apuração do resultado**

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente do pagamento ou recebimento.

As fontes de recursos para manutenção da Associação são oriundas das contribuições de associados, mantenedores e eventos promovidos.

## **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Caixa	1.000	1.000
Bancos conta movimento	359.142	10
Aplicações financeiras	101.764	404.343
	<b>461.906</b>	<b>405.353</b>

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais (R\$)

As aplicações financeiras incluem certificados de depósitos bancários e títulos emitidos e compromissados de instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Estão sendo classificadas no caixa e equivalentes caixa por serem aplicações automáticas, com possibilidade de resgate imediato, e não haver risco de mudança de valor caso o mesmo ocorra.

**5. Contas a receber**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Mantenedores	228.189	675.852
	<b>228.189</b>	<b>675.852</b>

**6. Ativo imobilizado**

<b>Descrição</b>	<b>Taxa de depreciação</b>	<b>2024</b>		<b>2023</b>	
		<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>	<b>Valor Líquido</b>
Imóveis	4%	91.469	(91.469)	-	-
Moveis e utensílios	10%	66.862	(65.364)	1.498	1.705
Máquinas e equipamentos	10%	20.830	(20.830)	-	-
Computadores e acessórios	20%	3.461	(3.461)	-	172
Equipto. processamento de dados	20%	146.326	(135.708)	10.618	18.276
Equipamentos telefônicos	10%	6.507	(6.507)	-	-
Equipamentos de segurança	10%	650	(650)	-	-
Sistemas/programas	20%	56.682	(52.807)	3.875	6.576
		<b>392.787</b>	<b>(376.796)</b>	<b>15.991</b>	<b>26.729</b>

**Movimentação do exercício de 2024**

<b>Descrição</b>	<b>2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>2024</b>
<b>Custo</b>				
Imóveis	91.469	-	-	91.469
Moveis e utensílios	66.862	-	-	66.862
Máquinas e equipamentos	20.830	-	-	20.830
Computadores e acessórios	3.461	-	-	3.461
Equipto. processamento de dados	146.326	-	-	146.326
Equipamentos telefônicos	6.507	-	-	6.507
Equipamentos de segurança	650	-	-	650
Sistemas/programas	56.682	-	-	56.682
<b>Total custo</b>	<b>392.787</b>	-	-	<b>392.787</b>
(-) Depreciação acumulada	(366.058)	(10.738)	-	(376.796)
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>26.729</b>	<b>(10.738)</b>	-	<b>15.991</b>

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais (R\$)

**Movimentação do exercício de 2023**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>2023</b>
<b>Custo</b>				
Imóveis	91.469	-	-	91.469
Moveis e utensílios	66.862	-	-	66.862
Máquinas e equipamentos	20.830	-	-	20.830
Computadores e acessórios	3.461	-	-	3.461
Equipt. processamento de dados	137.891	12.535	(4.100)	146.326
Equipamentos telefônicos	6.507	-	-	6.507
Equipamentos de segurança	650	-	-	650
Sistemas/programas	56.682	-	-	56.682
<b>Total custo</b>	<b>384.352</b>	<b>12.535</b>	<b>(4.100)</b>	<b>392.787</b>
(-) Depreciação acumulada	(351.711)	(12.092)	(2.255)	(366.058)
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>32.641</b>	<b>443</b>	<b>(6.355)</b>	<b>26.729</b>

**7. Obrigações trabalhistas**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
PIS sobre folha de pagamento	494	746
FGTS a recolher	3.955	5.753
INSS a recolher	16.550	17.094
Provisão de férias e encargos	137.336	129.016
	<b>158.335</b>	<b>152.609</b>

**8. Contas a pagar**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Fundação Alvares Penteado	-	27.999
Caju	-	13.523
Serviços de terceiros	-	20.823
Sul América Cia Nac.	-	6.738
Don Guerino	-	6.562
Ribeiro De Oliveira	-	2.500
Totvs	-	1.860
Glaspremium Comércio de Troféus	-	1.495
Outras contas a pagar	5.182	17.229
	<b>5.182</b>	<b>98.729</b>

**9. Receitas antecipadas**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Associados	64.054	88.205
Inscrições para eventos	98.028	50.981
	<b>162.082</b>	<b>139.186</b>

Referem-se a contribuições pagas antecipadamente por associados e mantenedores da associação, inscrições para eventos, devendo ter realização até o término do exercício seguinte.

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais (R\$)

---

### **10. Provisão para contingências e depósitos judiciais**

A Associação no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista.

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e especialistas, quando aplicável, avalia os assuntos que possam gerar futuras discussões e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 4 de outubro de 2012 a Associação entrou com ação movida contra a União Federal por meio do processo 0017859-23.2012.403.6100 com o intuito de afastar a incidência da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas derivadas de suas atividades próprias, assim entendidas como aquelas descritas em seu Estatuto como necessárias, auferidas para consecução de suas atividades, desde a entrada em vigor da Medida Provisória 1807-6 /99 com redação mantida pela MP nº 2.158-35, ora vigente, afastando-se as restrições posteriormente impostas pela Instrução Normativa 247 / 2002.

Em 12 de setembro de 2013, a ação foi julgada como improcedente em 1ª. instância, foram apresentados embargos a declaratórios requerendo que o juiz se manifestasse sobre os documentos juntados pelo autora, foi negado provimento, dessa forma em 6 de novembro de 2013, a autora interpôs recurso de apelação pleiteando a anulação da sentença, no entanto foi negado o recurso, diante deste fato em 25 de maio de 2015 em face ao acórdão proferido pelo TRF, foi determinado que sobrestamento do efeito até o trânsito em julgado de decisão nos RE's nºs 598.085/RJ e 672.215/CE, que versam sobre a matéria na presente demanda. Foi apresentada uma petição informando que o sobrestamento é dispensável, tendo em vista que a matéria discutida nestes recursos se refere as Sociedades Cooperativas. Contudo a Desembargadora manteve a decisão anterior.

#### **Atualização do processo - 2024**

No exercício de 2024, para o processo judicial nº 0017859-23.2012.4.03.6100, houve sentença de forma favorável à Associação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão reconheceu a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a Associação ao recolhimento da referida contribuição.

O processo foi transitado em julgado em 11 de abril de 2025 (vide nota explicativa nº 22). Em decorrência da decisão definitiva, foi protocolado requerimento judicial visando o levantamento dos depósitos efetuados durante o curso da ação. Na data de encerramento das demonstrações financeiras, o pedido encontrava-se sob análise do juízo competente.

#### **Movimentação da provisão para contingência e do depósito judicial em 2024 e 2023:**

	<u>Em R\$</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>843.759</b>
Adições	73.714
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>917.473</b>
Atualização (a)	95.234
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.012.707</b>

(a) Atualização monetária decorrente de Selic acumulada de 10,38 % aplicada para o exercício de 2024 sobre os montante de depósitos judiciais.

#### **Processos possíveis, não provisionados:**

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não havia valores classificados como perdas possíveis que necessitassem de divulgação.

## ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais (R\$)

### 11. Patrimônio social

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos desde a data da fundação da Associação.

Se a Associação vier a ser dissolvida, por impossibilidade de funcionamento, a critério da Assembleia Geral, destinará o seu eventual patrimônio remanescente a entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou entidade pública a critério da Associação.

### 12. Voluntariado

Atendendo à resolução n° 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem finalidade de lucros”, a qual define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação.

Durante o exercício de 2024 foi registrado para a execução das atividades da Associação um total de 3.000 horas (2.152 em 2023), totalizando R\$ 1.297.682 (R\$ 1.275.608 em 2023).

#### Em 2024:

<u>Piso</u>	<u>Ano</u>	<u>Valor hora</u>	<u>Quantidade horas</u>	<u>Valor voluntariado</u>
Presidente	2024	516,64	62	32.032
Conselheiros	2024	1.330,26	359	477.564
Diretores	2024	305,58	2.579	788.086
				<b>1.297.682</b>

#### Em 2023:

<u>Piso</u>	<u>Ano</u>	<u>Valor hora</u>	<u>Quantidade horas</u>	<u>Valor voluntariado</u>
Presidente	2023	484,93	22	10.669
Conselheiros	2023	1.248,60	680	849.050
Diretores	2023	286,82	1.450	415.889
				<b>1.275.608</b>

### 13. Receitas de mantenedores e associados

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Eventos	1.301.127	50.740
Patrocínio	282.120	1.803.624
Contribuições associados	257.331	696.915
Congresso	598.117	302.340
Mantenedores	-	100.000
(-) COFINS sobre receita (a)	-	(73.714)
	<b>2.438.695</b>	<b>2.879.905</b>

- (a) Conforme descrito na Nota Explicativa n° 10, em 2024 a Associação obteve decisão judicial favorável na ação que discutia a obrigatoriedade de recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, reconhecendo-se a inexistência de relação jurídico-tributária sobre as receitas decorrentes de suas atividades estatutárias. Por consequência disto, não houve recolhimento de COFINS para o exercício de 2024.

**ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais (R\$)

**14. Despesas com pessoal**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Salários	(755.661)	(705.555)
Encargos sociais	(212.148)	(215.021)
Benefícios	(230.298)	(247.348)
	<b>(1.198.107)</b>	<b>(1.167.924)</b>

**15. Despesas com serviços de terceiros**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Serviços de auditoria	(18.527)	(18.403)
Serviços de advogados	(50)	(5.575)
Serviços de assessoria	(78.189)	(81.847)
Serviços de motoboy	(5.335)	(4.955)
Serviços de informática	(91.157)	(97.120)
Serviços gráficos	(11.399)	(18.299)
Serviços diversos	(10.350)	(10.566)
	<b>(215.007)</b>	<b>(236.765)</b>

**16. Despesas comerciais e marketing**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Feiras, promoções e eventos	(1.311.049)	(1.058.072)
Outras despesas	-	(6.493)
	<b>(1.311.049)</b>	<b>(1.064.565)</b>

**17. Despesas gerais e administrativas**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Condomínio	(20.816)	(16.788)
Energia elétrica e telefonia	(9.047)	(9.166)
Material de consumo geral	(4.063)	(3.263)
Locação de equipamentos	(4.201)	(8.060)
Depreciação	(11.237)	(12.092)
Seguros	(4.780)	(7.470)
Viagens nacionais e internacionais	-	(6.410)
Outras despesas	(8.782)	(49.114)
	<b>(62.926)</b>	<b>(112.363)</b>

**18. Resultado financeiro líquido**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos sobre aplicação financeira	7.594	9.149
Atualização monetária	-	73.714
Juros de clientes	-	13
	<b>7.594</b>	<b>82.876</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(6.025)	(12.655)
Descontos concedidos	-	(15.199)
	<b>6.025</b>	<b>(27.854)</b>
	<b>1.569</b>	<b>55.022</b>

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais (R\$)

---

### **19. Aspectos fiscais**

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Associação, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Associação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre a folha de pagamentos.

Quanto à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, a Medida Provisória nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou os recursos recebidos de terceiros, destinados ao custeio e à manutenção da Associação e à execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A Administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de suas atividades próprias, não estando sujeitas à incidência da referida contribuição, inclusive as receitas decorrentes de patrocínios.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

### **20. Gestão de riscos**

A Associação está exposta através de suas operações aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

Como todos os outros negócios, a Associação está exposta a riscos decorrentes da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos da Associação para gerenciar esses riscos e os métodos usados para medi-los. Mais informações quantitativas sobre esses riscos são apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras.

#### Objetivos Gerais, Políticas e Processos:

A administração tem responsabilidade geral pela determinação dos objetivos e políticas de gerenciamento de riscos da Associação e mantém a responsabilidade final por eles. Ela delegou a autoridade para projetar e operar processos que assegurem a efetiva implementação dos objetivos e políticas para a função de finanças da Associação.

## **ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**

Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais (R\$)

---

O objetivo geral da administração é estabelecer políticas que busquem reduzir o risco, na medida do possível, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Associação. Mais detalhes sobre estas políticas são apresentados a seguir.

### **a) Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de perda financeira para a Associação se um associado ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros potencialmente sujeitos ao risco de crédito para a Associação consistem principalmente em caixa e equivalentes de caixa, os quais são mantidos com instituições financeiras de crédito respeitável e podem ser resgatados a qualquer momento mediante demanda.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição de crédito máxima. Todo o caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos de primeira linha.

### **b) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Associação não possa cumprir suas obrigações financeiras à medida que elas venham a ser devidas. A política da Associação é assegurar que ela sempre terá dinheiro suficiente para permitir que ele cumpra suas obrigações quando se tornarem exigíveis, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscando danos à reputação da Associação.

A chave para o sucesso na gestão de liquidez é o grau de certeza nas projeções de fluxo de caixa. Se os fluxos de caixa futuros forem bastante incertos, o risco de liquidez aumenta.

A Associação monitora o risco de escassez de recursos monitorando as datas de vencimento dos passivos financeiros existentes. Os passivos financeiros da Associação são compostos por contas a pagar e obrigações trabalhistas e tributárias.

## **21. Cobertura de seguros (não auditado)**

A Associação mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

## **22. Eventos subsequentes**

Em 11 de abril de 2025, a Associação obteve decisão judicial transitada em julgado no processo nº 0017859-23.2012.4.03.6100, reconhecendo a inexistência de relação jurídico-tributária entre a Associação e a União Federal (vide nota explicativa nº10).

A Associação apresentou pedido de levantamento dos depósitos judiciais realizados ao longo do trâmite processual. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, o processo encontra-se aguardando manifestação judicial quanto ao levantamento dos valores.

\* \* \*